



**LISBOA
SCHOOL OF
ECONOMICS &
MANAGEMENT**

**MESTRADO
CIÊNCIAS EMPRESARIAIS**

TRABALHO FINAL DE MESTRADO

DISSERTAÇÃO

**O CRESCIMENTO DO SECTOR BANCÁRIO E A CONCESSÃO
DE CRÉDITO AS EMPRESAS. O CASO DE ANGOLA.**

ROSA HELENA LUTETE GEREMIAS

JUNHO 2014



**LISBOA
SCHOOL OF
ECONOMICS &
MANAGEMENT**

MESTRADO

CIÊNCIAS EMPRESARIAIS

TRABALHO FINAL DE MESTRADO

DISSERTAÇÃO

**O CRESCIMENTO DO SECTOR BANCÁRIO E A CONCESSÃO
DE CRÉDITO AS EMPRESAS. O CASO DE ANGOLA.**

ROSA HELENA LUTETE GEREMIAS

ORIENTAÇÃO: PROFESSOR DOUTOR JOSÉ DIAS LOPES

JUNHO 2014

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar agradeço a Deus por iluminar o meu caminho, pela força, saúde e proteção.

Ao meu orientador, Professor Doutor José Dias Lopes, pela disponibilidade que sempre manifestou, estímulo, paciência, dedicação demonstrada na orientação deste trabalho. A sua mão competente foi fundamental, para a realização deste estudo.

A minha família que me impulsionou para os primeiros passos estudantis, pelo amor e apoio incondicional, em especial os meus Pais, Matondo Geremias e Elizabeth Kenda Lutete.

A Faculdade de Economia da Universidade Mandume Ya Ndemufayo, Lubango, pela autorização para fazer o Mestrado e pelo suporte, durante o período de formação, em especial, o *MSc* – César Fernando Reis. Ao INAGBE (Instituto Nacional da Gestão de Bolsas de Estudo) pelo financiamento deste Mestrado. Ao BNA (Banco Nacional de Angola), em particular, a Dra. Artemísia de Lemos Lopes, pela fundamental colaboração para a concretização desta dissertação.

Ao meu amigo Rui Alexandre por tudo, em especial, pelas palavras de conforto e ânimo, pelo apoio, carinho e por estar sempre ao meu lado. Estendo também os meus agradecimentos à sua Família e a Guida Coquenão. A todos que me incentivaram a fazer o Mestrado, em especial, o Dr. Francisco Botelho de Vasconcelos. Quero estender os meus agradecimentos a todos os Professores do Mestrado pelos conhecimentos transmitidos durante o curso; a todos os meus colegas, em particular, a Daniela Braizinha e o Nuno Elias. O meu reconhecimento é dirigido também, a todos que direta ou indiretamente contribuíram para a realização deste trabalho.

RESUMO

A investigação teórica tem demonstrado que um sistema financeiro sólido e eficaz é fundamental para o desenvolvimento e crescimento económico (Beck, 2002). Assim, compreender o papel do sector bancário no sistema financeiro é uma das questões fundamentais da teoria económica e financeira.

Este estudo tem os seguintes objetivos: compreender o funcionamento do sector bancário angolano; analisar a evolução do crédito concedido pela banca comercial e, demonstrar a contribuição do sector bancário angolano no processo de crescimento económico. A pesquisa foi desenvolvida com base na análise de dados anuais provenientes do boletim estatístico do BNA, durante o período 2003-Junho 2013.

Os resultados obtidos evidenciaram que o sector bancário angolano apresenta uma situação de estabilidade financeira, sendo o aumento da procura interna pelos serviços bancários e a situação macroeconómica do país, considerados como fatores impulsionadores do seu crescimento. Verificou-se ainda que o PIB e o crédito por sectores de atividade económica têm uma forte correlação em dois sectores: Pescas e Indústria transformadora.

Concludentemente, considera-se que este estudo representa um contributo para melhor entender o papel do sector bancário angolano no processo de crescimento económico.

Palavras-chave: sector bancário, crescimento económico, crédito bancário, sector privado.

ABSTRACT

The theoretical research has shown that a strong and effective financial system is critical to the development and economic growth (Beck, 2002). Thus, understanding the role of the banking sector in the financial system is one of the fundamental issues of economic and financial theory.

This study has the following objectives: understanding the functioning of the Angolan banking sector; analyze the evolution of credit extended by commercial banks, and demonstrate the contribution of the Angolan banking sector in the economic growth process. The survey was developed based on the analysis of data from the annual statistical bulletin from BNA, during the Period (2003- Jun 2013).

The results showed that the Angolan banking sector presents a situation of financial stability, and the rising domestic demand for banking services and the macroeconomic situation of the country, considered as drivers of growth factors. It was also found that GDP and credit by economic activity have a strong correlation in two sectors: Fisheries and Manufacturing.

Conclusively, it is considered that this study represents a contribution to better understand the role of the Angolan banking sector in the economic growth process.

Keywords: banking sector, economic growth, bank credit, private sector.

ÍNDICE

AGRADECIMENTOS	I
RESUMO	II
ABSTRACT	III
ÍNDICE DE FIGURAS	VI
ÍNDICE DE TABELAS	VI
CAPÍTULO 1- INTRODUÇÃO	1
1.1- Introdução ao tema	1
1.2- Problemática.....	2
1.3- Objetivos de Investigação	3
1.4- Questões de Investigação	3
1.5- Estrutura do trabalho	3
CAPÍTULO 2- REVISÃO DE LITERATURA	4
2.1- Sistema financeiro e crescimento económico	4
2.1.1- Funções do sistema financeiro	5
2.2- O papel do sistema financeiro no processo de crescimento económico	7
2.3- Os intermediários financeiros.....	11
2.3.1- Avaliação de desempenho dos intermediários financeiros	14
CAPÍTULO 3- METODOLOGIA	16
3.1- Desenho da investigação	16
3.2- Dados.....	17

CAPÍTULO 4- ESTRUTURA E COMPOSIÇÃO DO SISTEMA FINANCEIRO

ANGOLANO..... 17

4.1- A evolução dos agregados de crédito 20

4.2- O crédito por sectores de atividade económica 24

4.3- Depósitos na banca comercial 27

4.4- Os Indicadores de desempenho 30

4.5- O crédito bancário concedido e o PIB por sectores de atividade económica..... 33

CAPÍTULO 5- CONCLUSÕES 34

5.1- Limitações do estudo e recomendações para pesquisas futuras 37

BIBLIOGRAFIA 39

Anexo I- Agregados de crédito..... 45

Anexo II- Balanço consolidado dos bancos comerciais 47

Anexo III- Crédito concedido pela banca comercial 49

Anexo IV- Crédito por sectores de atividade económica 51

Anexo V- Depósitos na banca comercial 53

Anexo VI- O PIB por sectores de atividade económica (Preços Correntes) 55

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1- Estrutura do crédito interno líquido.....	20
Figura 2- Evolução do crédito a economia.....	21
Figura 3- O crescimento do crédito por sectores de actividade económica	24
Figura 4- Evolução dos depósitos na banca comercial.....	27
Figura 5- Evolução dos depósitos e créditos	28

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela I- Lista de instituições bancárias autorizadas pelo BNA	18
Tabela II- Evolução das instituições bancárias.....	19
Tabela III- Taxa de crescimento do crédito ao sector privado	22
Tabela IV- A distribuição do crédito por sectores de actividade económica (2003 e Junho 2013)	25
Tabela V- Rácio de transformação do sistema bancário angolano.....	29
Tabela VI- Os indicadores de avaliação de desempenho do sector bancário	30
Tabela VII- Correlação entre o PIB e o crédito por sector de actividade económica	33

CAPÍTULO 1- INTRODUÇÃO

1.1- Introdução ao tema

O argumento teórico que suporta a ligação entre desenvolvimento do sistema financeiro e crescimento económico é que, um sistema financeiro executa várias funções críticas para melhorar a eficiência na intermediação financeira, reduzindo os custos incorridos na obtenção de informação, bem como, os custos de transação (Adelakun, 2010).

O mesmo autor enfatiza que, o sistema financeiro permite o aumento do investimento através da identificação e financiamento de boas oportunidades de negócios, mobiliza poupanças, permite a negociação, diversificação do risco e facilita a troca de bens e serviços. Estas funções resultam em uma alocação mais eficiente dos recursos, rápida acumulação de capital físico e humano, o que por sua vez estimula o crescimento económico.

Portanto, o desenvolvimento do sistema financeiro é um conceito multidimensional e constitui um mecanismo potencialmente importante para o crescimento económico de longo prazo de um país (Hussain & Chakraborty, 2012). De acordo com Greenwood & Smith, (1997, p. 147), a importância económica do sistema financeiro para o crescimento económico é derivada do fato de o mesmo participar no processo de canalização de capital para a realização de investimentos e permitir a partilha eficiente de riscos. Logo, estas atividades alteram a composição social da economia de uma forma que é (potencialmente) favorável à acumulação de capital.

Segundo Allen & Carletti (2008), compreender o papel dos bancos no sistema financeiro é uma das questões fundamentais da teoria económica e financeira. Além disso, o sistema financeiro é fundamental para o processo de crescimento económico, porque ele executa uma das funções económicas essenciais, que diz respeito a canalização de fundos provenientes de poupanças, principalmente das famílias, para aquelas entidades públicas ou privadas que dispõem de oportunidades de investimento (Mishkin, 2001). Pelo exposto, reconhecemos a relevância do sistema financeiro no processo de crescimento económico.

Por outro lado, tem-se verificado um aprofundamento e alargamento do sistema financeiro angolano. O crédito ao sector privado aumentou e o índice de penetração bancária registou avanços, o que torna pertinente fazer um estudo nesta área.

O presente estudo centra-se no crescimento do sector bancário e a concessão de crédito as empresas, concretamente, propomo-nos estudar o sector bancário angolano e analisar como o sistema financeiro angolano está a contribuir para o processo de crescimento económico do país.

1.2- Problemática

O investimento atual e previsto na diversificação da economia angolana e nas relações comerciais são fatores relevantes, que permitem fomentar o sector financeiro em geral e o sector bancário em particular.

A elevada dependência das receitas provenientes do sector petrolífero, continua a expor o país à volatilidade económica internacional. Portanto, o sector financeiro angolano pode ser um veículo importante para a diversificação da economia. Assim, o crédito à economia através da banca é uma questão de desenvolvimento económico.

1.3- Objetivos de Investigação

- Compreender o funcionamento do sector bancário angolano.
- Analisar a evolução do crédito concedido pela banca comercial.
- Demonstrar a contribuição do sector bancário angolano no processo de crescimento económico.

1.4- Questões de Investigação

- Qual o papel do sector bancário angolano no processo de crescimento económico?
- Quais são os sectores de atividades mais beneficiados pelo crédito bancário?
- Que fatores impulsionam o crescimento do sector bancário angolano?

1.5- Estrutura do trabalho

O trabalho encontra-se organizado em cinco capítulos, nomeadamente, primeiro capítulo dedicado a introdução, o segundo capítulo à revisão de literatura, o terceiro apresenta o desenho da investigação e os dados utilizados, no quarto capítulo analisa e discute a estrutura e composição do sistema financeiro angolano e por último, o quinto capítulo reservado as conclusões, limitações e recomendações para pesquisas futuras.

CAPÍTULO 2- REVISÃO DE LITERATURA

2.1- Sistema financeiro e crescimento económico

Investigadores e formuladores de políticas tentam examinar esquemas alternativos para promover o crescimento económico (Rachdi & Mbarek, 2011). Neste contexto, Abosedra, *et al.* (2005), argumentam que o desenvolvimento do sistema financeiro contribui para o processo de crescimento económico. O desenvolvimento do sistema financeiro é amplamente definido como um aumento no volume de serviços financeiros proveniente de bancos e outros intermediários financeiros, bem como, o aumento de transações financeiras nos mercados de capitais (Hussain & Chakraborty, 2012).

Assim, o sistema financeiro pode influenciar as decisões de poupança e investimento, e portanto, o crescimento económico de longo prazo (Levine, 2005). Deste modo, o sistema financeiro contribui para a produção de informação sobre possíveis investimentos e alocação de capital, facilitando a negociação, diversificação e gestão de risco (Levine, 2005).

O desenvolvimento do sistema financeiro envolve: melhorias na produção de informação sobre possíveis investimentos; acompanhamento dos investimentos e implementação de *corporate governance*; diversificação e gestão de risco na mobilização e mudança de bens e serviços. Cada um destes aspectos pode influenciar as decisões de poupança e investimento e, conseqüentemente, o crescimento económico (Levine, 2005, p. 870).

De acordo com Carvalho (2002), o sistema financeiro com base nas suas funções pode melhorar a taxa de rendibilidade dos investimentos, devido a alocação

de recursos para projetos rentáveis¹. Assim sendo, a seguir apresentam-se as funções do sistema financeiro, cujo desempenho adequado pode, como se disse, melhorar a eficiência do sistema financeiro.

2.1.1- Funções do sistema financeiro

O estudo realizado por Merton (1995) aponta que uma das principais funções do sistema financeiro é facilitar a alocação e distribuição de recursos económicos. Isto corresponde a facilitar a troca de bens e serviços e simplificar a transferência da poupança entre agentes económicos superavitários para os deficitários. (Carvalho, 2002).

A partir do nível mais agregado da função primária de alocação de recursos, Merton (1995), distingue ainda, mais seis funções essenciais desempenhadas pelo sistema financeiro, como:

- O suporte de um sistema de pagamentos para a troca de bens e serviços;
- A criação de mecanismos que permitam a partilha de recursos;
- O fornecimento de condições que permitam transferir recursos financeiros em todas as regiões geográficas e sectores;
- A gestão de incertezas e riscos associados;
- A disponibilização de informações que ajudem na coordenação da tomada de decisão descentralizada em vários sectores da economia;
- A criação de mecanismos para a diminuição de problemas relacionados com a assimetria de informação.

¹ A seleção de projetos rentáveis resulta da avaliação e seleção de projetos com uma relação risco/retorno mais favorável. Este processo dá origem a uma melhor alocação de recursos (Greenwood & Jovanovic, 1990).

Por seu lado, Levine (1997, p. 691), delimitou dois canais através dos quais cada função do sistema financeiro pode afetar o crescimento económico: **a acumulação de capital e inovação tecnológica**. Na acumulação de capital, utilizam as externalidades de capital ou bens de capital produzido usando retornos constantes à escala, para gerar crescimento, assim, as funções desempenhadas pelo sistema financeiro afetam o crescimento, influenciando a taxa de formação de capital.

Desta forma, o sistema financeiro afeta a acumulação de capital quer pela alteração da taxa de poupança ou pela realocação de poupança entre diferentes tecnologias que impulsionam a produção de capital. Por outro lado, a inovação tecnológica, concentra-se na intervenção em novos processos de produção e bens (Levine, 1997).

Assim, algumas funções estão mais relacionadas com a acumulação de capital (por exemplo, o sistema de pagamentos facilitador da troca de bens e serviços). Outras são mais propícias à melhoria da produtividade através da promoção da eficiência pela alocação de capital (por exemplo, a produção de informações sobre possíveis investimentos que ajudam na coordenação da tomada de decisão descentralizada em vários sectores da economia) (Lu, *et al.* 2006).

De seguida, dada a importância que se atribui ao papel do sistema financeiro no processo de crescimento económico como enquadramento teórico de referência da dissertação, apresentam-se as conceções relacionadas com o referido tema.

2.2- O papel do sistema financeiro no processo de crescimento económico

Segundo Pagano (1993), o sistema financeiro pode influenciar o crescimento económico quando eleva a proporção de capitais canalizados para investimentos, impulsionando assim, o aumento da produtividade marginal do capital, e consequentemente, a taxa de poupança privada. O autor afirma ainda que o sistema financeiro tem um efeito positivo sobre o crescimento económico, mas considera que a partilha de riscos no mercado de crédito doméstico pode contribuir para a diminuição da taxa de poupança, e assim, afetar negativamente a taxa de crescimento económico.

Entretanto, Carvalho (2002) rebate que a forma como o sistema financeiro permite a agregação das poupanças individuais pode ter efeitos positivos sobre o crescimento económico por duas vias:

- 1) Menores custos de agregação permitem às empresas adotarem escalas de produção maiores e mais eficientes;
- 2) À medida que aumenta a confiança dos agentes económicos em relação ao sistema financeiro, o nível de reservas mantido pelas famílias e empresas reduz-se, diminuindo desta forma os desvios da poupança financeira líquida dos investimentos produtivos, por exemplo: a manutenção de reservas excessivas por parte das famílias.

Posteriormente Simon (2011) comprovou que o sistema financeiro contribui para o processo de crescimento económico, fornecendo quatro serviços básicos: 1) simplificar o comércio; 2) facilitar o processo de gestão de risco; 3) mobilizar recursos, e 4) obter informações que permitam a avaliação de empresas e entidades particulares. É através da prestação desses serviços que o sistema financeiro garante que o capital

de investimento é canalizado de forma mais eficiente a partir dos fornecedores de capital para os utilizadores do capital, de forma a ter implicações positivas sobre o crescimento económico (Simon, 2011, p. 2).

Assim sendo, o desenvolvimento do sistema financeiro permite um maior retorno a ser auferido em investimentos de capital, impulsionando desta forma, o crescimento económico e os níveis de rendimento (Greenwood & Jovanovic, 1990). Este facto sucede porque, o sistema financeiro pode mitigar os riscos associados a projetos individuais, empresariais, industriais, e regionais (Levine, 2005).

Adicionalmente, Levine (1997) considera dois tipos de riscos associados a projetos individuais, empresariais, industriais, e regionais: risco de liquidez e os riscos específicos dos ativos “riscos idiossincráticos”. Assim, a ocorrência de incertezas provocam necessidades imprevistas de meios de pagamento; na ausência de reservas líquidas, os agentes económicos precisam liquidar ativos antes da data de maturação, o que os expõe a um risco de perda de capital. Tal risco é denominado “risco de liquidez” (Carvalho, 2002).

Neste contexto, o risco de liquidez surge devido às incertezas associadas a conversão de ativos em um meio de troca; assimetrias informacionais e custos de transação podem inibir a liquidez e intensificar o risco de liquidez, assim, o risco de liquidez ao qual um agente económico está exposto depende dos imprevistos que podem ocorrer e da liquidez dos ativos nos quais a sua poupança está alocada (Levine, 1997).

Por outro lado, o risco específico de um ativo “risco idiossincrático” refere-se a incerteza quanto ao valor do ativo na data de maturação. Diferentemente do risco de liquidez, o risco idiossincrático refere-se especificamente à natureza do ativo, independentemente do que possa ocorrer ao investidor (Carvalho, 2002).

O autor Carvalho (2002, p. 712), argumenta ainda que, o sistema financeiro permite uma melhor diversificação de riscos por duas vias: ao agregar as poupanças individuais o sistema financeiro reduz o custo de diversificação e ao facilitar as transações reduz os custos associados, isto é, o sistema financeiro contribui para a diminuição dos custos de diversificação.

Neste sentido, ao facilitar as transações entre os diferentes agentes económicos, bem como reduzir os custos associados, o sistema financeiro pode promover uma maior especialização dos processos produtivos, aumentando a produtividade do sistema económico (Carvalho, 2002).

Concludentemente, os bancos, fundos mútuos, e os mercados de valores mobiliários permitem a partilha e diversificação de risco (Beck, *et al.* 2000b). O sistema financeiro ao fornecer serviços de diversificação de risco pode afetar o crescimento económico de longo prazo, alterando a alocação de recursos e as taxas de poupança (Levine, 2005).

No entanto, alguns economistas não compartilham este ponto de vista e rejeitaram qualquer papel do sistema financeiro no processo de crescimento económico, como fez referência, Lucas (1988), enfatizando que o desenvolvimento do sistema financeiro limita o crescimento económico. Esta visão cética é derivada dos mecanismos apresentados pelos modelos de crescimento neoclássicos (baseados principalmente nos modelos de crescimento de Solow) que fazia referência que os sistemas financeiros tem apenas efeitos menores sobre a taxa de investimento em capital físico, e as mudanças nos investimentos eram vistos como tendo apenas efeitos mínimos no processo de crescimento económico (King & Levine, 1993).

Tendo em conta os modelos neoclássicos, Solow (1956), aponta que o crescimento económico é dado unicamente segundo uma função de produção em que

o volume produzido (Y) será determinado, a nível micro e macroeconómico, pela quantidade utilizada dos fatores: Capital (K) e Trabalho (L) e, no máximo, incluía o fator Terra (N). Desta forma, a função de produção corresponderia a $Y = f(K, L)$ ou $Y = f(K, L, N)$.

Assim, na década de 1980 houve o renascimento do interesse na ligação entre o sistema financeiro e crescimento económico decorrente, principalmente, das técnicas e modelos de crescimento endógeno², que mostraram que não pode haver crescimento económico sustentável sem progresso técnico exógeno³ e que a taxa de crescimento económico pode ser relacionada as instituições financeiras (Pagano, 1993).

Desde então, estudos como: Greenwood & Jovanovic (1990); King & Levine (1993); Beck, *et al.* (2000a); Beck (2002) e Carlina & Mayer (2003) vêm relatando a relação existente entre o sistema financeiro e crescimento económico. Esta dissertação assenta assim nesta ideia, decorrente da literatura, de que existe uma relação de dependência entre o sistema financeiro e crescimento económico.

Em seguida analisamos as teorias relacionadas aos intermediários financeiros para examinar os mecanismos através dos quais o sistema financeiro pode influenciar o crescimento económico.

² A teoria do crescimento endógeno assume que, o crescimento ocorre devido a melhorias verificadas nas tecnologias automáticas e não modeladas (exógenas). A teoria busca compreender as forças económicas que originam o progresso tecnológico, bem como, os fatores que potenciam o desenvolvimento e a estrutura do sistema financeiro (Romer, 2003).

³ O progresso técnico exógeno não depende da inserção de novos bens de capital, além disso, trata-se de um tipo de progresso técnico, cujo único efeito na economia é fazer com que cada unidade de trabalho seja mais produtiva, sem afetar a eficiência do capital (Solow, 1956).

2.3- Os intermediários financeiros

Além do debate apresentado sobre o papel do sistema financeiro no processo de crescimento económico, estudos realizados por autores como: Levine (1997); Boot & Thakor (1997); Allen & Gale (1997); Greenwood & Smith (1997); relatam a importância comparativa de sistemas financeiros baseados em bancos e de sistemas financeiros baseados no mercado de capitais no processo de crescimento económico.

Deste modo, Levine (2003) aponta que os custos de aquisição de informações, cumprimento de contratos e realização de transações criam incentivos para o aparecimento de mercados e intermediários financeiros. Portanto, os intermediários financeiros avaliam projetos de investimentos, permitem a mobilização de recursos para financiar os projetos promissores, e facilitam a gestão de risco (King & Levine, 1993).

Assim sendo, o sistema financeiro é um intermediário ativo de recursos na economia cuja existência é justificada por contribuir para o processo de diversificação de oportunidades entre aforradores e investidores, minimizando desta forma, os custos de manutenção da relação entre fornecedores e tomadores de fundos, e consequentemente ameniza os efeitos dos custos de informação e de transação no processo de intermediação financeira (King & Levine, 1993).

Neste contexto, Mayer (1990) argumenta que a existência de intermediários financeiros é justificada porque efetuam a gestão de funções que os investidores individuais só podem realizar a um alto custo. Assim, de acordo com o mesmo autor, a alocação de recursos, a disponibilidade de crédito, e os termos dos empréstimos podem ter custos inferiores com a presença de intermediários financeiros.

Por sua vez, Allen & Santomero (2001) consideram que o processo de negociação e gestão de riscos, bem como, os custos de participação como sendo argumentos que justificam a existência de intermediários financeiros. Segundo Levine (2005), os intermediários financeiros podem melhorar: a aquisição de informações sobre as empresas; a intensidade com a qual os credores exercem o controle corporativo; a prestação de acordos para a redução de riscos; a partilha de capital e a facilidade de fazer transações.

Além disso, Beck, *et al.* (2000b) alegam que os intermediários financeiros podem mitigar as consequências económicas dos custos de informação e de transação. Mais especificamente, intermediários financeiros surgem para reduzir os custos relacionados com a pesquisa de potenciais investimentos, exercendo controle corporativo, gestão de riscos, mobilização da poupança, e a realização de trocas.

Adicionalmente, Beck, *et al.* (1999, p. 13) dividem os intermediários financeiros em categorias, como: Instituições bancárias; Companhias de seguros e Bancos de desenvolvimento.

De modo semelhante, Garcia & Liu (1999) salientam que o sistema financeiro está dividido em intermediários financeiros (bancos, companhias de seguros e fundo de pensões) e mercado de capitais (mercados de títulos e ações). Os autores argumentam ainda, que uma grande parte da poupança dos agentes económicos é canalizada para a realização de investimentos, e que este procedimento é feito, através de intermediários financeiros e mercado de capitais.

Assim, o mercado de capitais é um constituinte importante do sistema financeiro, que permite que as empresas possam angariar capital através da emissão de títulos e possibilita a negociação dos títulos emitidos. (Bayar, *et al.* 2014).

Portanto, segundo Regmi (2012), o mercado de capitais contribui para o processo de alocação de recursos e estimula o crescimento económico, permite a alocação de capital para investimentos produtivos, o que impulsiona o aumento da taxa de crescimento dos agregados económicos. Contribuindo desta forma, para a mobilização da poupança interna por meio da emissão de títulos de capital. O autor afirma ainda que, o mercado de capitais permite flexibilidade e rapidez, no processo de venda de títulos.

Além disso, o mercado de capitais tem um papel fundamental na alocação de capital para o sector privado, o que por sua vez, afeta a taxa de crescimento dos agregados económicos (Regmi, 2012).

Neste contexto, Alajekwu, *et al.* (2013) rebatem que, o funcionamento do mercado de capitais gera menor custo de capital para as empresas e que, o ajuste contínuo dos preços das ações e títulos no mercado de capitais possibilita um maior controlo sobre o comportamento dos investimentos realizados pelas empresas o que, permite atrair investimentos estrangeiros em carteira, aumentando assim, os recursos disponíveis e consequentemente, o valor do investimento.

Por outro lado, Caporale, *et al.* (2004) apontam que um sistema financeiro baseado em bancos oferece dificuldades no processo de alocação de capital, por causa de problemas relacionados ao financiamento da dívida por parte das empresas, em presença de assimetrias de informação.

Concludentemente Levine (2005) afirma que o sistema financeiro pode ser baseado em bancos ou baseado no mercado de capitais, ambos influenciam a alocação de recursos e consequentemente, o processo de crescimento económico.

2.3.1- Avaliação de desempenho dos intermediários financeiros

Para medir a prestação de serviços financeiros, Beck, *et al.* (2000b) apresentam três indicadores que permitem avaliar o desempenho dos intermediários financeiros, os enumerados abaixo:

- 1- **Passivo líquido:** É igual a passivos líquidos do sistema financeiro (incluindo os juros resultantes do passivo dos intermediários financeiros bancários e não bancários) dividido pelo PIB. Esta é uma medida típica de profundidade financeira e, portanto, abrange o tamanho total do sector relacionado aos intermediários financeiros (King & Levine, 1993).
- 2- **Banco central e banca comercial:** Este indicador pode ser calculado dividindo a proporção de ativos dos bancos comerciais pelo ativo do banco central adicionando os ativos da banca comercial.
- 3- **Crédito privado:** É igual ao valor dos créditos fornecidos pelos intermediários financeiros ao sector privado, dividido pelo PIB. Esta medida de desenvolvimento financeiro isola o crédito emitido para o sector privado, ao contrário do crédito emitido para empresas públicas.

Num exercício semelhante Levine (1997, p. 704), defende que o processo de avaliação do sistema financeiro pode ser realizado recorrendo aos seguintes indicadores:

- **Depth:** Este indicador permite medir o tamanho dos intermediários financeiros e, realiza posteriormente uma comparação deste, com o passivo líquido do sistema financeiro, dividido pelo PIB.
- **Bank:** Este indicador mede o grau em que o banco central *versus* bancos comerciais estão alocando créditos. Este indicador é calculado dividindo os

créditos bancários concedidos pelo somatório dos créditos bancários e os ativos do banco central.

- **Private:** Compara a proporção de créditos atribuídos as empresas privadas do total de créditos concedidos no mercado doméstico.
- **Privy:** É igual ao total de crédito concedido as empresas privadas, dividido pelo PIB.

De acordo com, Beck, *et al.* (1999) os indicadores que medem a relevância do sector financeiro em relação ao PIB de um determinado país, são os seguintes:

- Ativos do banco central;
- Ativos dos bancos comerciais;
- Ativos de outras instituições financeiras.

Por outro lado, Beck, *et al.* (2000a, p. 268) afirmam que para avaliar o impacto dos intermediários financeiros sobre o crescimento económico, é necessário um indicador que possa medir a capacidade dos intermediários financeiros em identificar empreendimentos rentáveis, gerir e controlar os riscos associados a determinados projetos, bem como, facilitar a mobilização de recursos.

No entanto, apresentam o crédito privado como um indicador essencial na avaliação do sector financeiro, porém, este indicador exclui os créditos emitidos pelos bancos centrais e bancos de desenvolvimentos (Beck, *et al.* 2000a).

Estes indicadores evidenciam a importância do sistema financeiro para a economia de um determinado país (King & Levine, 1993). Os ativos mencionados nos indicadores, incluem créditos concedidos as instituições não financeiras, incluindo o Governo, empresas publicas e o sector privado (Beck, *et al.* 1999, p. 4).

Portanto, tendo em conta as referências apresentadas na literatura, esta dissertação analisa as questões relacionadas ao sistema financeiro angolano, em concreto, o sector bancário.

CAPÍTULO 3- METODOLOGIA

3.1- Desenho da investigação

Para analisar o crescimento do sector bancário e a concessão de crédito às empresas utilizou-se o método quantitativo, pois permite análises de correlações entre variáveis, bem como, a medição objetiva e quantificação dos resultados. (Murugesan, 2011). Neste sentido, o método quantitativo tornou-se uma prática padrão em análises relacionadas ao estudo do sistema financeiro, segundo Levine (2005), considerado também adequado para responder as necessidades específicas deste estudo.

Adicionalmente, realizou-se um estudo de alguns indicadores para avaliar o desempenho do sector bancário e uma análise de correlação, utilizando o coeficiente de correlação linear de Pearson. Portanto, na análise de correlação foram incluídas as variáveis: PIB e crédito por sectores de atividade económica, consideradas determinantes para avaliar a contribuição do sector bancário no processo de crescimento económico.

3.2- Dados

O estudo iniciou com uma pesquisa bibliográfica, que de certa forma permitiu fundamentar a importância deste trabalho. Tendo em conta os dados, recorreu-se a dados secundários, isto é, este estudo utiliza dados anuais provenientes do boletim estatístico do BNA, durante o período 2003-Junho 2013, incluindo informações gerais das instituições bancárias que atuam em Angola. Porém, os dados disponíveis para o PIB angolano são limitados, reduzindo o período de análise de alguns indicadores calculados para 2007- 2012. Assim, os dados recolhidos foram sujeitos a tratamento estatístico através do *software, Statistical Package for Social Sciences (SPSS)* e foi ainda usado o programa Microsoft Excel 2013.

CAPÍTULO 4- ESTRUTURA E COMPOSIÇÃO DO SISTEMA FINANCEIRO ANGOLANO

Desde a instalação em Angola do primeiro estabelecimento bancário, precisamente no ano de 1865 até 1926 apenas funcionou a sucursal do Banco Nacional Ultramarino. A mesma estava autorizada a instalar-se em Luanda, passando as notas emitidas por este Banco a constituir a moeda da Província (BNA, 2013c).

Segundo BNA (2013c) em Agosto de 1926, foi criado o Banco de Angola que deteve até 1957, o exclusivo do comércio bancário, altura em que surgiu no mercado o Banco Comercial de Angola. Posteriormente, meses antes da independência nacional, precisamente em Agosto de 1975, operavam em Angola, para além do Banco de Angola, que era o banco emissor e comercial, cinco bancos comerciais, a saber, o Banco Comercial de Angola (BCA), o Banco de Crédito Comercial e Industrial

(BCCI), o Banco Totta Standard de Angola (BBTSA), o Banco Pinto & Sotto Mayor (BPSM) e o Banco Inter Unido (WorldBank, 2009).

Neste contexto, atuavam também quatro estabelecimentos especiais de crédito, concretamente, Instituto de Crédito de Angola (ICRA), Banco de Fomento Nacional (BFN), Caixa de Crédito Agropecuário e o Montepio de Angola. Assim, em lugar destas instituições de crédito, passaram a operar em Angola apenas dois bancos, o Banco Nacional de Angola (BNA), como banco emissor e comercial, e o Banco Popular de Angola (BPA), que não exercia a atividade creditícia (WorldBank, 2009).

Logo, apenas ao BNA competia a concessão de crédito e o exercício de outras funções típicas de um banco comercial. Igualmente as seguradoras e outras instituições de mutualidade então existentes foram confiscadas e integradas em uma única empresa estatal, a Empresa Nacional de Seguros de Angola (ENSA) (WorldBank, 2009).

A estrutura atual do sistema financeiro angolano reflete as mudanças institucionais que ocorreram nas últimas décadas (Deloitte, 2013). Assim, o sistema financeiro angolano, tal como existe atualmente, era composto em 2012 por 23 (vinte e três) instituições financeiras bancárias (conforme tabela), uma sociedade de remessa de valores e uma sociedade de micro crédito (BNA, 2012a).

Tabela I- Lista de instituições bancárias autorizadas pelo BNA

Nome	SIGLA	ANO DE INÍCIO
1- Banco de Poupança e Crédito, S.A.	BPC	1976
2- Banco de Comércio e Indústria, S.A.	BCI	1991
3- Banco Caixa Geral Totta de Angola, S.A.	BCGTA	1993
4- Banco de Fomento Angola, S.A.a	BFA	1993
5-Banco Angolano de Investimentos, S.A	BAI	1997
6- Banco Comercial Angolano, S.A.	BCA	1999
7- Banco Sol, S.A.	BSOL	2001
8- Banco Espírito Santo Angola, S.A.	BESA	2002
9-Banco Keve, S.A.	KEVE	2003

10-Banco BAI Micro Finanças, S.A.	BMF	2004
11- Banco BIC, S.A.	BIC	2006
12- Banco de Desenvolvimento de Angola, S.A.	BDA	2006
13- Banco de Negócios Internacional, S.A.	BNI	2006
14-Banco Privado Atlântico, S.A.	BPA	2006
15-Banco Angolano de Negócios e Comércio, S.A.	BANC	2007
16-Banco VTB África, S.A.	VTB	2007
17- Banco Kwanza Investimento, S.A.	BKI	2008
18- Banco Millennium Angola, S.A.	BMA	2008
19-Finibanco Angola, S.A.	FNB	2008
20-Standard Bank de Angola	SBA	2009
21- Banco Comercial do Huambo, S.A.	BCH	2010
22-Banco Valor, S.A.	BVB	2010
23- Banco de Poupança e Promoção Habitacional, S.A	BPPH	2013

Fonte: Adaptado do BNA (BNA, 2013b)

Relativamente aos bancos comerciais, segundo Deloitte (2013), 3 (três) são bancos públicos, 12 (doze) são bancos privados, 7 (sete) são filiais de bancos estrangeiros privados e 1 (um) banco misto, conforme tabela abaixo:

Tabela II- Evolução das instituições bancárias

Bancos	Dez-05	Dez-06	Dez-07	Dez-08	Dez-09	Dez-10	Mar-11
Públicos	2	3	3	3	3	3	3
Mistos	-	-	-	-	-	1	1
Privados Nacionais	7	9	10	10	10	12	12
Filiais de Bancos Estrangeiros	4	5	6	6	6	7	7
Total	13	17	19	19	19	23	23

Fonte: Adaptado do BNA (BNA, 2013b)

A tabela acima apresenta a evolução das instituições bancárias instaladas em Angola, é notável o aumento verificado em menos de uma década, que foi de 13 bancos em 2005, para 23 bancos, em 2012. Adicionalmente, a KPMG (2013) fez referência para o registo junto do BNA de uma nova instituição financeira, designadamente, a Standard Chartered Bank Angola.

De acordo com KPMG (2013), cinco bancos comerciais detém cerca de 78 % do total de ativos do sector bancário angolano, designadamente: o BPC, BAI, BESA,

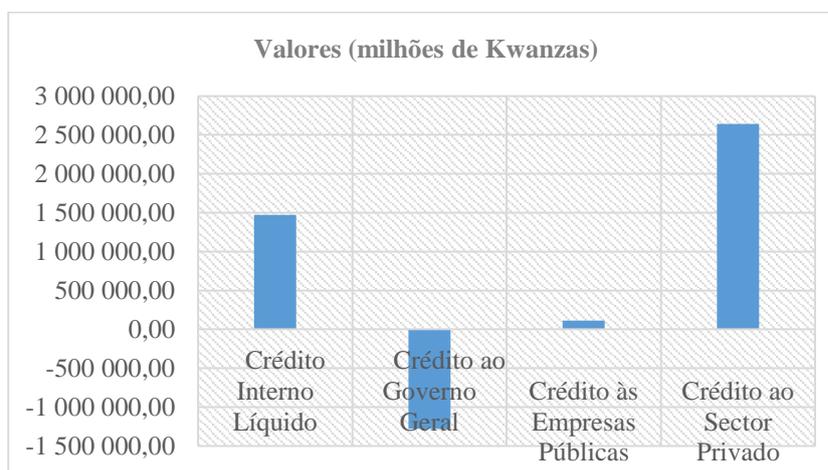
BFA e BIC, sendo o banco BAI líder de mercado, com a maior quota de mercado, em depósitos e crédito concedido, o que corresponde a 20% do total da praça.

A seguir, apresentamos o estudo relacionado a evolução dos agregados de crédito, que consideramos crucial, sendo que o processo de concessão de crédito contribui para o crescimento económico e, assume particular relevância na atividade bancária.

4.1- A evolução dos agregados de crédito

Com base nos dados do boletim estatístico, publicado pelo BNA (2013a), em Junho de 2013, o crédito interno líquido apresentava o valor total de 1.472.592,12 em milhões de Kwanzas, onde o crédito ao sector privado tem um peso significativo no total do crédito interno líquido, conforme figura 1.

Figura 1- Estrutura do crédito interno líquido



Fonte: elaboração própria, construído a partir dos dados (BNA, 2013a)

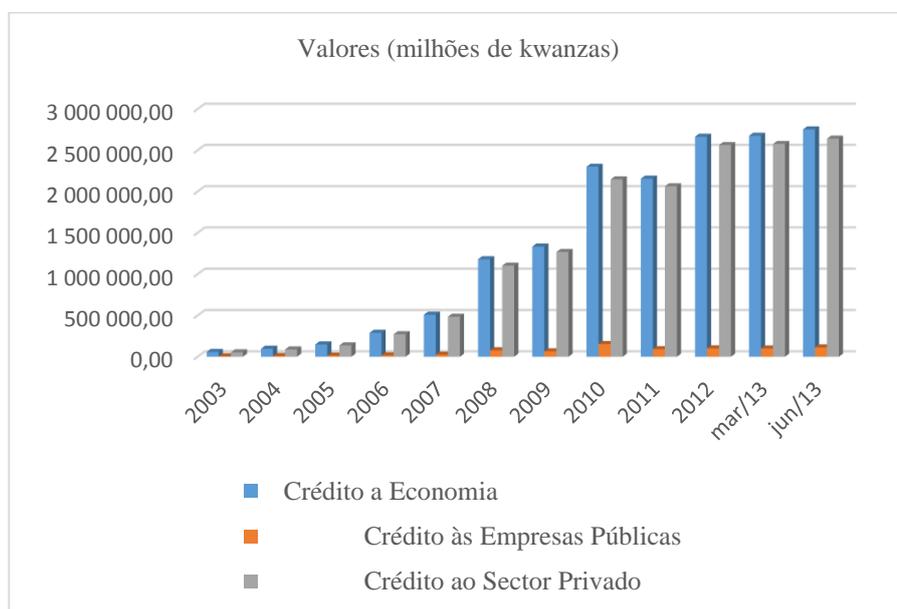
A figura 1 apresenta a estrutura do crédito interno líquido, com dados referentes ao mês de Junho de 2013, período em que o crédito a economia (crédito às empresas

públicas e crédito ao sector privado) atingiu o valor de 2.752.920,41 em milhões de Kwanzas.

No gráfico da figura 2 observa-se que a série de dados com início no ano 2003 até Junho de 2013 apresenta valores sempre crescentes para os montantes de crédito concedido à economia. Observa-se ainda, uma aceleração no valor dos agregados de crédito concedido, com maior expressão no segmento relacionado ao sector privado, com uma taxa de crescimento médio anual de 48,49%.

Tendo como referência o período em análise (2003-Junho de 2013), a taxa de crescimento do crédito concedido ao sector privado, evoluiu significativamente. No ano em que esse crescimento é mais significativo, 2008, o crescimento do crédito face ao ano de 2007, foi de 127,54%.

Figura 2- Evolução do crédito a economia



Fonte: elaboração própria, construído a partir dos dados (BNA, 2013a)

Na figura 2 perante a análise histórica, verifica-se que o sector bancário angolano tem aumentado o volume de crédito a economia, com maior incidência no crédito concedido ao sector privado.

Na tabela seguinte, podemos observar a taxa de crescimento do crédito concedido ao sector privado, durante o período em análise.

Tabela III- Taxa de crescimento do crédito ao sector privado

			Taxa de crescimento
2003	→	2004	66,72%
2004	→	2005	54,86%
2005	→	2006	98,63%
2006	→	2007	77,88%
2007	→	2008	127,54%
2008	→	2009	15,02%
2009	→	2010	69,42%
2010	→	2011	-3,87%
2011	→	2012	24,21%
2012	→	Mar/13	0,51%
Mar/13	→	Jun./13	2,51%

Fonte: elaboração própria, construído a partir dos dados (BNA, 2013a)

A taxa de crescimento do crédito ao sector privado, de 2003 para 2004 foi de 66,72%; de 2004 para 2005 verificou-se uma descida na taxa de crescimento, fixando-se em 54,86%; de 2005 para 2006 houve uma recuperação, apresentando uma taxa de 98,63%; de 2006 para 2007 observou-se novamente uma descida na taxa de crescimento, fixando-se em 77,88%; já de 2007 para 2008 a taxa de crescimento atingiu o máximo de 127,54%; este aumento é justificado segundo Deloitte (2007), pelo clima de confiança que se instalou entre as instituições bancárias e os agentes económicos e devido aos recursos provenientes do reembolso, pelo Estado, de parte substancial do crédito que lhe fora concedido pelo sistema bancário nacional.

Entretanto, de 2008 para 2009, houve uma redução significativa na taxa de crescimento do crédito ao sector privado, fixando-se em 15,02%, este decréscimo aconteceu segundo Deloitte (2009), devido ao despoletar da crise financeira global em 2008, cujas ondas de choque abalaram a economia angolana.

Neste contexto, a análise dos dados revela ainda que, de 2009 para 2010, verificou-se novamente uma tendência de crescimento, sendo que, a taxa de crescimento do crédito ao sector privado foi de 69,42%, período em que se constatou o reforço da presença física das instituições financeiras, através da abertura de novos balcões, verificando-se igualmente, um aumento no volume de transações registadas dos meios eletrónicos de pagamento (Deloitte, 2010).

No período compreendido entre 2010 a 2011, a taxa de crescimento do crédito ao sector privado, apresentou uma variação negativa de 3,87%, período em que de acordo com KPMG (2011), ocorreu uma desaceleração da economia mundial, tornando-se clara a extensão e profundidade da crise financeira que teve início em 2008.

Posteriormente, para os períodos 2012, Março de 2013, Junho de 2013 as taxas de crescimento do crédito ao sector privado foram de 24,21%, 0,51% e 2,51%, respetivamente. Assim, ao longo do período em análise (2003 a Junho de 2013) em geral verifica-se uma tendência de crescimento do crédito a economia, porém, o crescimento neste período não foi linear, apresentando alguns períodos de aceleração e desaceleração.

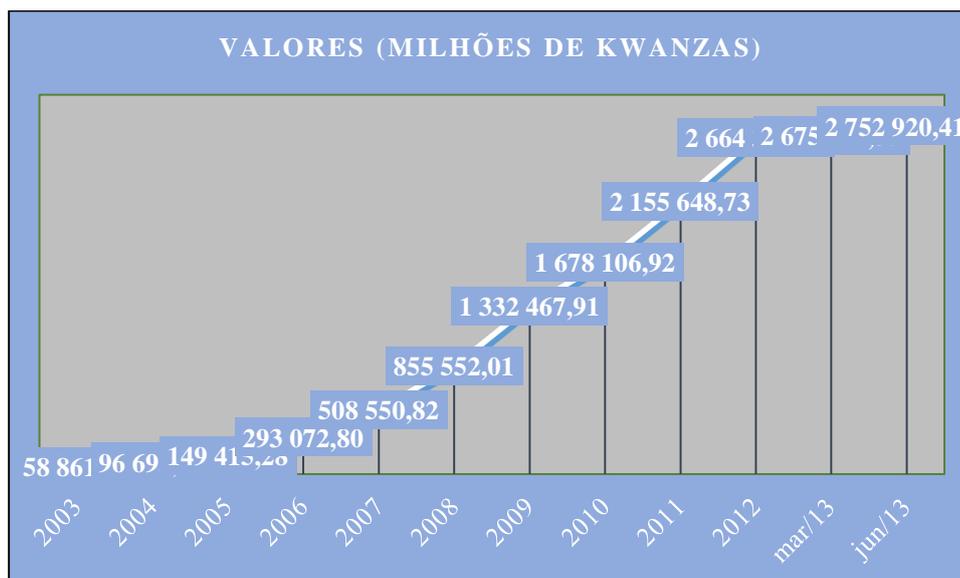
Por outro lado, a taxa de crescimento do crédito concedido às empresas públicas manteve-se abaixo do crédito concedido ao sector privado, com uma taxa de crescimento médio anual de 47,01%.

Para além da análise do crédito concedido às empresas públicas e o sector privado, parece relevante analisar também, o volume de crédito concedido aos diversos sectores de atividade económica. Deste modo, em seguida apresenta-se a análise ao crescimento do crédito por sectores de atividade económica.

4.2- O crédito por sectores de atividade económica

No que diz respeito ao crédito por sectores de atividade económica⁴, podemos observar na figura 3, uma tendência de crescimento bastante acentuada, com uma taxa de crescimento médio anual de 44,89%.

Figura 3- O crescimento do crédito por sectores de atividade económica



Fonte: elaboração própria, construído a partir dos dados (BNA, 2013a)

O crescimento económico que Angola apresenta, com uma taxa média de crescimento anual do PIB de 8,4% (2003 - Junho 2013), segundo BPI (2013), impulsiona o desenvolvimento da atividade económica, influenciando desta forma, a procura pelo crédito bancário.

Assim, na tabela seguinte, pode-se observar os valores do crédito bancário, em milhões de Kwanzas, distribuídos pelos sectores de atividade económica, durante o

⁴ Conforme anexo IV

período em análise (2003 e Junho de 2013), bem como, as taxas calculadas para os períodos mencionados.

Tabela IV- A distribuição do crédito por sectores de atividade económica ⁵(2003 e Junho 2013)

	2003		Junho 2013	
	Valor	%	Valor	%
A Agricultura, Produção Animal, Caça e Silvicultura	768,6	1,31	172.743,42	6,27
B Pescas	676,4	1,15	5.225,91	0,19
C Indústria Extrativa	1.193,52	2,03	99.693,22	3,62
D Indústria Transformadora	2.779,76	4,72	169.487,89	6,16
E Produção e Distribuição de Eletricidade, de Gás e de Água	13,29	0,02	2.642,45	0,10
F Construção	4.589,4	7,80	281.593,75	10,23
G Comércio por Grosso e a Retalho	13.603,29	23,11	449.433,65	16,33
H Alojamento e Restauração	4.356,35	7,40	47.869,77	1,74
I Transportes, Armazenagem e Comunicações	3.093,93	5,26	86.076,4	3,13
J Atividades Financeiras, Seguros e Fundos de Pensões	30,87	0,05	39.759,02	1,44
K Atividades. Imobiliárias., Alugueres e Serviços Prestados as Empresas	2.540,53	4,32	250.016,25	9,08
L Administração Pública e Segurança Social Obrigatória	2.280,78	3,87	0	0
M Educação	802,92	1,36	8.782,22	0,32
N Saúde e Ação Social	0	0	10.481,43	0,38
O Outras Atividades de Serviços. Coletivos, Sociais e Pessoais	0	0	570.175,8	20,71
P Famílias com Empregados Domésticos	0	0	4.512,96	0,16
Q Outras Instituições Extraterritoriais	0	0	319,84	0,01
Z Particulares	19.756,48	33,56	485.272,36	17,63
Outros Valores não Classificados	2.375,3	4,04	68.834,05	2,50

Fonte: elaboração própria, construído a partir dos dados (BNA, 2013a)

Como se constata pelos resultados da análise comparativa realizada entre os períodos 2003 e Junho de 2013 apresentados na tabela IV, realça-se que o valor do crédito concedido aos sectores (Agricultura, Produção Animal, Caça e Silvicultura;

⁵ Segue-se a nomenclatura apresentada pelo, (BNA, 2013).

Produção e Distribuição de Eletricidade, de Gás e de Água; Atividades Financeiras, Seguros e Fundos de Pensões; Saúde e Ação Social; Outras Atividades de Serviços Coletivos, Sociais e Pessoais) evoluiu significativamente, isto é, o valor do crédito canalizado para estes sectores ganhou importância ao longo do tempo.

No entanto, apesar da evolução verificada no valor do crédito canalizado aos sectores de atividade económica supracitados, nota-se uma discrepância entre o valor do crédito concedido e a sua contribuição para o PIB (que será abordada, de forma mais detalhada, ao longo do estudo).

Adicionalmente, tendo em conta a análise dos dados dos sectores de atividade económica, pode-se dizer que os sectores mais beneficiados pelo crédito bancário ao longo do período em análise (2003- Junho 2013) são: Particulares (28,77%), Comércio por Grosso e a Retalho (17,96%), Atividades Imobiliárias, Alugueres e Serviços Prestados as Empresas (9,10%), que no conjunto representam 55,83% do crédito concedido por sectores de atividade económica.

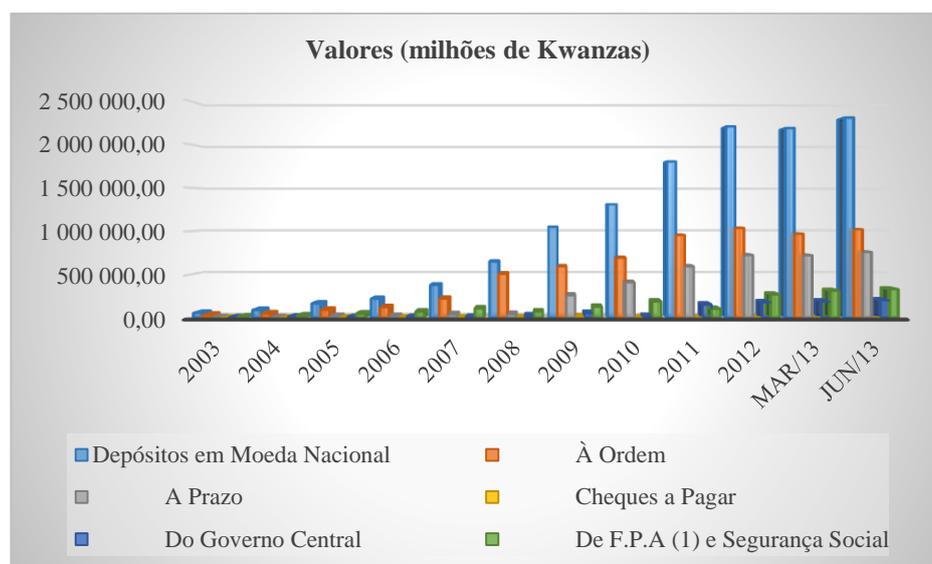
Portanto, segundo BESA (2013), a distribuição do crédito bancário supramencionada, deve-se ao bom dinamismo da economia angolana que confere a estes sectores múltiplas oportunidades, suportadas numa dimensão significativa do mercado interno, pelo crescimento do poder de compra e pelo aumento da classe média. Por outro lado, tendo em conta que os depósitos bancários permitem aos intermediários financeiros a canalização de fundos para os agentes económicos deficitários, em seguida, apresentamos a evolução e a composição dos depósitos na banca comercial.

4.3- Depósitos na banca comercial

Os depósitos totais na banca comercial apresentam uma tendência de crescimento bastante acentuada, com uma taxa de crescimento médio anual de 36,48%, passaram de 167.440,21 em milhões de Kwanzas no final de 2003 para 4.339.265,35 em milhões de Kwanzas, em Junho de 2013.

A figura a seguir ilustra a evolução dos depósitos na banca comercial, durante o período em análise (2003-Junho 2013), dos quais os depósitos à ordem têm um peso considerável no valor dos depósitos em moeda nacional na banca comercial.

Figura 4- Evolução dos depósitos na banca comercial



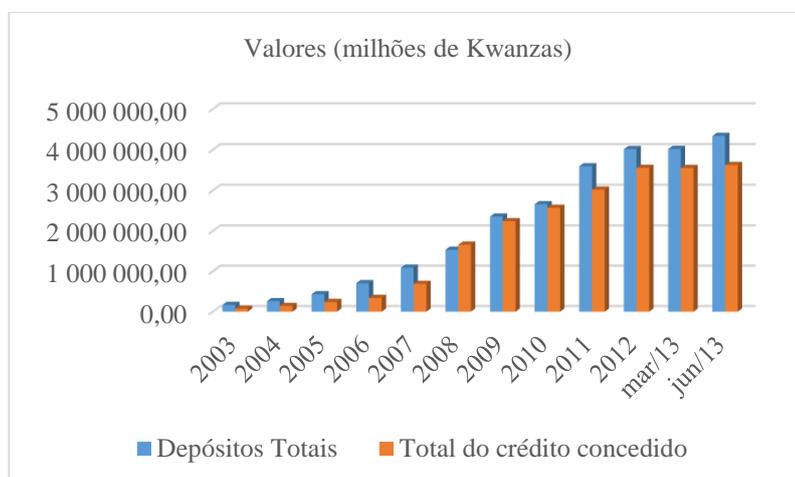
Fonte: elaboração própria, construído a partir dos dados (BNA, 2013a)

Na figura 3 podemos observar que, o crescimento dos depósitos na banca comercial mantém uma tendência ascendente bastante significativa, justificada de acordo com Deloitte (2013), devido à evolução do mercado (aumento e expansão da rede de agências dos bancos comerciais pelo país) e ao alargamento da oferta de novos produtos, por parte dos bancos comerciais.

Assim sendo, observa-se a tendência de crescimento nas operações de créditos e depósitos realizadas, sendo que, o período de 2007-2008 registou as maiores taxas de crescimento do crédito a economia, onde o crédito ao sector privado atingiu a taxa de 127, 54% e o crédito as empresas públicas a taxa de 218,33%; período em que segundo Deloitte (2008, p. 44) verificou-se um acentuado crescimento económico em Angola, o que contribuiu para o ambiente de estabilidade económica.

Contudo, ao analisarmos a evolução dos depósitos e créditos totais do sector bancário angolano, ilustrada pela figura 5, podemos observar que, o total do crédito concedido teve uma evolução irregular ao longo do período em análise, sendo que, em 2008 a taxa de crédito sobre depósitos fixou-se em 108,12%, este comportamento verificou-se devido a estabilidade da economia angolana e ao crescimento da rede bancária a nível nacional (BNA, 2008).

Figura 5- Evolução dos depósitos e créditos



Fonte: elaboração própria, construído a partir dos dados (BNA, 2013a)

Considerando a evolução dos depósitos e créditos, ao longo do horizonte temporal em análise, constata-se que o ano de 2008 foi o único em que, o total do crédito concedido foi superior aos depósitos totais, porém, o Rácio de transformação bancário registado em Angola, com uma taxa média de 75,80%, é considerado baixo

em termos internacionais, sendo que, a média fixa-se em 110%, segundo (BNA, 2013d).

Deste modo, de acordo com BNA (2013d), determinados fatores condicionam o baixo Rácio de transformação registado, como: a baixa taxa de bancarização da população angolana, a escassez de produtos financeiros, a reduzida propensão à poupança das famílias, devido a concentração dos depósitos em maturidades reduzidas e com um peso de quase 50% de moeda estrangeira, causando impactos negativos à estrutura de *funding* dos bancos.

Com o intuito de melhorar o entendimento relativamente ao comportamento do Rácio de transformação ao longo dos anos em estudo, a tabela seguinte, apresenta as taxas do Rácio supramencionado.

Tabela V- Rácio de transformação do sistema bancário angolano

Períodos	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Rácio de transformação % (total do crédito concedido/ depósitos totais)	43,85	54,35	55,87	48,00	63,34	108,11
Períodos	2009	2010	2011	2012	Mar-13	Junho-13
Rácio de transformação % (total do crédito concedido/ depósitos totais)	95,03	96,71	84,00	88,52	88,32	83,50

Fonte: elaboração própria, construído a partir dos dados (BNA, 2013a)

Ao analisarmos o comportamento do Rácio de transformação do sistema bancário angolano, ilustrado na tabela acima, podemos afirmar que a taxa mais baixa é de 43,85% verificada em 2003, justificada de acordo com BNA (2011), pelas deficiências nos processos de avaliação de risco, no controlo e acompanhamento da carteira de crédito e pelas lacunas nos procedimentos de recuperação do crédito.

Entretanto, outros indicadores como: *Depth*, *Bank*, *Private* e *Privy*, também são utilizados no processo de avaliação do sistema financeiro. Assim, a análise destes indicadores permite-nos avaliar o desempenho do sector bancário angolano.

4.4- Os Indicadores de desempenho

Os indicadores permitem analisar a dimensão do sistema financeiro, verificar a capacidade de alocação de crédito por parte dos bancos comerciais, bem como, o volume de crédito concedido ao sector privado, Governo ou empresas públicas (Levine, 1997).

Neste sentido, a tabela seguinte, apresenta os indicadores de desempenho do sector bancário angolano, o que nos permite analisar o comportamento dos mesmos, durante o período em estudo (2003-Junho 2013).

Tabela VI- Os indicadores de avaliação de desempenho do sector bancário

Anos	Indicadores de desempenho			
	<i>Depth</i>	<i>Bank</i>	<i>Private</i>	<i>Privy</i>
2003	-	0,34	0,72	-
2004	-	0,40	0,62	-
2005	-	0,40	0,57	-
2006	-	0,39	0,80	-
2007	0,29	0,43	0,70	0,11
2008	0,44	0,63	0,66	0,18
2009	0,60	0,57	0,57	0,22
2010	0,58	0,53	0,83	0,29
2011	0,59	0,57	0,68	0,22

2012	0,59	0,62	0,72	0,24
Mar-2013	-	0,64	0,73	
Junho-2013	-	0,65	0,73	-

Fonte: elaboração própria, construído a partir dos dados (BNA, 2013a)

Importa destacar, que os quatro indicadores citados permitem que se avalie o desempenho do sector bancário. Deste modo, quanto mais próximo de um for o valor dos indicadores, melhor é o desempenho do sistema financeiro (Levine, 1997).

Em relação aos indicadores *Depth* e *Privy*, devido a existência de um número limitado de dados relacionados ao PIB para o período (2003- Junho 2013), o período em análise para estes indicadores foi reduzido, logo, a análise será feita com base nos dados disponíveis para o PIB (2007- 2012).

Assim sendo, o indicador *Depth* apresenta uma tendência crescente, onde o passivo líquido do sistema bancário angolano representa em média cerca de 51,5% do PIB, o que segundo Goyal & Marsh (2011), pode contribuir para reduzir desequilíbrios económicos no mercado interno, assegurando desta forma, o processo de estabilidade económica.

Relativamente ao indicador *Privy*, verifica-se alguns períodos de aceleração e desaceleração, com uma taxa média ao longo do horizonte temporal em análise de 21%, portanto, o crédito concedido ao sector privado corresponde em média 21% do PIB. Esta taxa inferior a 50% é justificada de acordo com BNA (2012b), devido a constrangimentos relacionados a qualidade da informação disponibilizada pelas empresas, no acesso ao sistema bancário e utilização dos produtos de crédito.

Quanto ao indicador *Bank*, observa-se um crescimento gradual ao longo do período em análise (2003- Junho 2013), com algumas variações negativas, considera-se que estas variações podem estar relacionadas com a diminuição do crédito

concedido ao Governo-geral (conforme figura 1), influenciando assim, o valor total do crédito interno. Constata-se ainda que, a taxa média do indicador *Bank* durante o mesmo período é de 51,4%, o que para Levine (1997) corresponde a uma eficiência média no processo de alocação de crédito.

Adicionalmente efetuando uma análise ao indicador *Private* verifica-se ao longo do horizonte temporal em estudo, o peso significativo do crédito concedido ao sector privado, com uma taxa média de 69,4%, isto é, o crédito ao sector privado representa em média 69,4% do crédito total concedido no mercado interno.

Salienta-se ainda, que os indicadores apresentados (*Depth*, *Bank*, *Private* e *Privy*), normalmente, o aumento das suas percentagens demonstra melhorias no desempenho do sector bancário. Todavia, pode-se afirmar que, o sector bancário angolano apresenta uma situação de estabilidade financeira, sendo que, o aumento da procura interna pelos serviços bancários e a situação macroeconómica do país, considerados como fatores impulsionadores do crescimento do sector bancário angolano.

Por outro lado, demonstrar a contribuição do sector bancário angolano no processo de crescimento económico, é crucial, para analisar quais os sectores de atividade económica estão a ser fomentados pelo crédito bancário, bem como, a relação entre o crédito concedido e o PIB por sector de atividade económica.

4.5- O crédito bancário concedido e o PIB por sectores de atividade económica

Para analisar a contribuição dos sectores de atividade económica beneficiados pelo crédito bancário no processo de crescimento económico, foi realizado um teste com objetivo de averiguar a existência de associação linear entre o crédito concedido e o PIB por sector de atividade económica, com recurso ao coeficiente de correlação linear de Pearson. Neste contexto, a tabela seguinte mostra os resultados obtidos através do programa *Statistical Package for Social Sciences* (SPSS), no intervalo temporal 2003-2011.

Tabela VII- Correlação entre o PIB e o crédito por sector de atividade económica

	Sectores de atividade económica			
	Agricultura	Pescas	Indústria extrativa	Indústria transformadora
Variáveis- PIB por sector e crédito por sector de atividade (Coeficiente R de Pearson).	0,312	0,754*	-0,253	0,736*
<i>Sig⁶. (2-tailed)</i>	0,414	0,019	0,512	0,024
	Construção	Energia	Comércio	
Variáveis- PIB por sector e crédito por sector de atividade (Coeficiente R de Pearson).	0,653	-0,018	0,340	
<i>Sig. (2-tailed)</i>	0,056	0,963	0,371	

*. *Correlation is significant at the 0.05 level (2-tailed).*

Fonte: elaboração própria, construído a partir dos dados (BNA, 2013a)

⁶ O Nível de significância é de 0,05.

De acordo com os resultados referenciados na tabela VII, pode-se afirmar que as variáveis PIB e crédito por sectores de atividade económica estão fortemente correlacionadas em dois sectores: Pescas e Indústria transformadora, pois, o grau de significância para estas variáveis é relevante, com valores do $p < 0,05$. No entanto, para os restantes sectores de atividade económica mencionados a correlação é fraca, ou até mesmo nula, com valores do $p > 0,05$.

Com isto, pode-se dizer que existe um envolvimento positivo dos sectores, Pescas e Indústria transformadora na constituição do PIB, sem com isto, declarar qualquer relação de causalidade, não testada.

CAPÍTULO 5- CONCLUSÕES

Com este estudo foi possível concretizar os objetivos estabelecidos, designadamente, **compreender o funcionamento do sector bancário angolano, analisar a evolução do crédito concedido pela banca comercial, bem como, demonstrar a contribuição do sector bancário no processo de crescimento económico.**

Relativamente ao referencial teórico apresentado para suportar a presente investigação, observou-se evoluções importantes na atenção dada a contribuição do sistema financeiro no processo de crescimento económico. Tendo por base o cenário descrito assume-se que, o sistema financeiro baseado em bancos influencia a alocação de recursos e consequentemente, o processo de crescimento económico.

Neste contexto, tendo em conta a análise realizada, demonstrou-se através do estudo de determinados indicadores, que o sector bancário angolano apresenta uma situação de estabilidade financeira. Porém, importa destacar o baixo Rácio de

transformação registado, com uma taxa média de 75,80%, abaixo da média internacional de 110%, bem como a elevada concentração do sector bancário, em que cinco instituições detém cerca de 78% dos seus ativos totais (embora a análise da concentração bancária não esteja no âmbito deste estudo).

Outra preocupação está relacionada com a baixa taxa do indicador *Privy*, isto é, o crédito concedido ao sector privado corresponde em média 21% do PIB, devido a determinados constrangimentos apontados, como por exemplo, deficiências na qualidade da informação disponibilizada pelas empresas.

Com a análise da evolução do crédito concedido pela banca comercial, pode-se dizer que, verifica-se uma tendência de crescimento do crédito a economia, onde o crédito concedido ao sector privado representa em média cerca de 69,4% do crédito total concedido no mercado interno, de acordo com Levine (1997, p. 890), o sistema financeiro que canaliza maior volume de crédito ao sector privado está mais engajado em exercer o controlo corporativo, oferecendo serviços de gestão de risco e mobilização de poupanças.

Para demonstrar a contribuição do sector bancário no processo de crescimento económico, foi realizado um estudo com base no teste de correlação de Pearson, sendo possível verificar que, as variáveis PIB e crédito por sectores de atividade económica, tem uma forte correlação em dois sectores: Pescas e Indústria transformadora, ou seja, pode-se afirmar que existe um envolvimento positivo dos sectores, Pescas e Indústria transformadora na constituição do PIB.

O estudo revelou ainda o estado atual do sector bancário, confirmando-se o seu elevado crescimento durante o período em análise (2003-Junho 2013). De facto, o sector bancário afigura-se cada vez mais como um dos impulsionadores da economia angolana, cuja robustez pode tornar-se decisiva numa altura em que a diversificação

económica face, a elevada dependência das receitas provenientes do sector petrolífero que, expõe o país à volatilidade económica internacional é, uma das prioridades nacionais. (KPMG, 2013).

Em suma, pode-se dizer e respondendo as questões de investigação que, o sector bancário angolano têm um papel importante no processo de crescimento económico, cuja evolução acompanhou a dinâmica de crescimento económico nos diferentes agregados económicos apresentados, em particular, nos depósitos e créditos analisados. Adicionalmente o sector bancário angolano ao financiar os diferentes sectores de atividade económica assume um papel relevante no processo de diversificação da economia angolana.

Salienta-se ainda que, os sectores de atividade económica mais beneficiados pelo crédito bancário são: Particulares (28,77%), Comércio por Grosso e a Retalho (17,96%), Atividades Imobiliárias, Alugueres e Serviços Prestados as Empresas (9,10%), que no conjunto representam 55,83% do crédito concedido por sectores de atividade económica.

Porém, os sectores de atividade económica⁷ que, evoluíram significativamente na análise comparativa dos períodos 2003 e Junho 2013 realizada, quando comparado o valor do crédito concedido e a sua contribuição para o PIB, nota-se uma discrepância, isto é, a contribuição destes sectores na estrutura do PIB não reflete a evolução no valor do crédito concedido. Contudo, tendo em conta limitações na obtenção de dados,

⁷ Incluem Agricultura, Produção Animal, Caça e Silvicultura; Produção e Distribuição de Eletricidade, de Gás e de Água; Atividades Financeiras, Seguros e Fundos de Pensões; Saúde e Ação Social; Outras Atividades de Serviços Coletivos, Sociais e Pessoais

não foi possível analisar a contribuição para o PIB de todos os sectores de atividade económica mencionados no estudo.

Concludentemente, foram identificados como fatores impulsionadores do crescimento do sector bancário angolano, o aumento da procura interna pelos serviços bancários e a situação macroeconómica do país.

5.1- Limitações do estudo e recomendações para pesquisas futuras

O estudo apresenta as seguintes limitações:

- 1- Os dados disponíveis sobre o crédito concedido ao sector privado, não permitem a discriminação das atividades desenvolvidas pelas empresas, de modo que não foi possível analisar se o crédito está a ser canalizado para a realização de investimentos produtivos;
- 2- Devido a falta de dados disponíveis para o PIB, não foi possível estender a análise de alguns indicadores para o horizonte temporal escolhido (2003-Junho 2013);
- 3- O estudo baseou-se apenas nos dados do boletim estatístico (2003-Junho 2013) elaborado pelo BNA, por falta de fontes alternativas.
- 4- A carência de estudos realizados sobre o tema em Angola, não possibilitou a comparação dos resultados obtidos.

Por outro lado, para pesquisas futuras sugere-se: o estudo que avalie a existência ou não de uma relação entre o crédito concedido pelo sector bancário e os indicadores de desempenho mencionados e, um estudo que permita analisar a

contribuição de outros sectores (como, companhias de seguros e fundo de pensões) no processo de crescimento económico, pois a análise do presente estudo abrange apenas o sector bancário.

Apesar das limitações apresentadas, considera-se que este estudo representa um contributo para melhor entender o papel do sector bancário angolano no processo de crescimento económico.

BIBLIOGRAFIA

- Abosedra, S. S., Aly, H. Y., & Darrat, A. F. (2005). Assessing the Role of Financial Deepening in Business Cycles. *Applied Financial Economics*, 15, 1-17.
- Adalakun, O. J. (2010). Financial sector development and economic growth in nigeria. *International Journal of Economic Development Research and Investment*, 1, 25-41.
- Alajekwu, U. B., Ezeabasili, V. N., & Nzotta, S. M. (2013). Trade Openness, Stock Market Development and Economic Growth of Nigeria: Empirical Evidence. *Research Journal of Finance and Accounting*, 4, 1-9.
- Allen, F., & Carletti, E. (2008). The Roles of Banks in Financial Systems. *Oxford Handbook of Banking*, 1, 1-30.
- Allen, F., & Gale, D. (1997). Financial Markets, Intermediaries, and Intertemporal Smoothing. *The journal of Political Economy*, 105, 523-546.
- Allen, F., & Santomero, A. M. (2001). What do financial intermediaries do? *Journal of Banking & Finance*, 25, 271-294.
- Bayar, Y., Kaya, A., & Yıldırım, M. (2014). Effects of Stock Market Development on Economic Growth: Evidence from Turkey. *International Journal of Financial Research*, 5, 1-8.
- Beck, T. (2002). Financial development and international trade Is there a link? *Journal of International Economics*, 57, 107-131.
- Beck, T., Demirgüç-Kunt, A., & Levine, R. (1999). A New Database on Financial Development and Structure. *World Bank Economic Review*, 14, 1-21.
- Beck, T., Levine, R., & Loayza, N. (2000a). Finance and the sources of growth. *Journal of Financial Economics*, 58, 261-300.

- Beck, T., Levine, R., & Loayza, N. (2000b). Financial Intermediation and Growth: Causality and Causes. *Journal of Monetary Economics*, 46, 31-77.
- BNA. (2013a). *Boletim estatístico 2003- Junho de 2013*. Luanda. Departamento de Estatística, 1, 7-70.
- Boot, A. W., & Thakor, A. V. (1997). Financial System Architecture. *The Review of Financial Studies*, 10, 693-733.
- Caporale, G. M., Howells, P. G., & Soliman, A. M. (2004). Stock market development and economic growth: the causal linkage. *Journal of economic development*, 29, 33-50.
- Carlina, W., & Mayer, C. (2003). Finance, investment, and growth. *Journal of Financial Economics*, 69, 191-226.
- Carvalho, A. G. (2002). Desenvolvimento Financeiro e Crescimento Económico. *Revista Económica do Nordeste*, Fortaleza, 33, 694-715.
- Garcia, V. F., & Liu, L. (1999). Macroeconomic Determinants of stock market development. *Journal of Applied Economics*, 2, 29-59.
- Goyal, R., & Marsh, C. (2011). Financial Deepening and International Monetary Stability. *Strategy, Policy, and Review* , 1, 1-21.
- Greenwood, J., & Jovanovic, B. (1990). Financial Development, Growth, and the Distribution of Income. *Journal The of Political Economy*, 98, 1077-1078.
- Greenwood, J., & Smith, B. D. (1997). Financial markets in development, and the development of financial markets. *Journal of Economic Dynamics and Control*, 21, 145-181.

- Hussain, F., & Chakraborty, D. K. (2012). Causality between Financial Development and Economic Growth: Evidence from an Indian State. *The Romanian Economic Journal*, 15, 1-27.
- King, R. G., & Levine, R. (1993). Finance, entrepreneurship, and growth: Theory and evidence. *Journal of Monetary Economics*, 32, 514-515.
- Levine, R. (1997). Financial Development and Economic Growth: Views and Agenda. *Journal of Economic Literature*, 35, 688-726.
- Levine, R. (2003). Finance and Growth: Theory, Evidence, and Mechanisms. *Handbook of Economic Growth*, 1, 865-934.
- Levine, R. (2005). Finance and growth: theory and evidence. *Handbook of Economic Growth*, 1A, 866-910.
- Lu, X., Fausten, D., & Smyth, R. (2006). Financial development, capital accumulation and productivity improvement: evidence from china. *Monash University business and economics*, 1, 1-24.
- Lucas, R. E. (1988). On the mechanics of economic development. *Journal of Monetary Economics*, 22, 3-42.
- Mayer, C. (1990). Financial Systems, Corporate Finance, and Economic Development. *University of Chicago Press. Chicago : R. Glenn Hubbard*, 1, 307 - 332)
- Merton, R. C. (1995). A functional perspective of financial intermediation. *Journal of Financial Management*, 24, 23-41.
- Murugesan, P. (2011). Importance of quantitative techniques in managerial decisions. *Journal of Management* , 1, 1-6.

- Pagano, M. (1993). Financial markets and growth an overview. *European Economic Review*, 37, 613- 622.
 - Rachdi, H., & Mbarek, H. B. (2011). The Causality between Financial Development and Economic Growth: Panel Data Cointegration and GMM System Approaches. *International Journal of Economics and Finance*, 3, 143-151.
 - Regmi, U. R. (2012). Stock Market Development and Economic Growth: Empirical Evidence from Nepal. *Administration and Management Review*, 24, 1-28.
- Romer, P. (2003). The origins of endogenous growth. *The Journal of Economic Perspectives*, 8, 3-22.
- Simon, J. E. (2011). Sources of capital and economic growth: Interconnected and Diverse Markets Driving U.S. Competitiveness. *Center for capital markets competitiveness*, 1, 2-30.
 - Solow, R. M. (1956). A contribution to the theory of economic growth. *The Quarterly Journal of Economics*, 70, 66-67.

Websites consultados

- BESA. (2013). *International support kit of opportunities*. Angola: ISKO Angola- Departamento de desenvolvimento internacional [online]. Consultado em Março de 2014, disponível em: <http://www.bes.pt/sitebes/cms.aspx?plg=8c927089-acf8-40ffb2db-de582abe56b1>.
- BNA. (2008). *Relatório de supervisão* . Angola: Departamento de supervisão das Instituições financeiras [online]. Consultado em Fevereiro de 2014, disponível em: <http://www.bna.ao/>

- BNA. (2011). *Angola Bancos*. [online]. Consultado em Fevereiro de 2014, disponível em: <http://www.exameangola.com>
- BNA. (2012a). *Avaliação de desempenho do sistema financeiro angolano no segundo trimestre de 2012*. O Departamento de Supervisão de Instituições Financeiras – DSI [online]. Consultado em Fevereiro de 2014, disponível em: <http://www.bna.ao/>
- BNA. (2012b). *Crescimento económico potenciação do crédito à economia*. Luanda [online]. Consultado em Março de 2014, disponível em: <http://www.bna.ao/>
- BNA. (2013b). *Lista de instituições bancárias autorizadas pelo BNA* [online]. Consultado em Fevereiro de 2014, disponível em: <http://www.bna.ao/>
- BNA. (2013c). *O Banco- História* [online]. Consultado a 12 de Dezembro de 2013, disponível em: <http://www.bna.ao/>
- BNA. (2013d). *O Papel dos diversos instrumentos de intermediação*. Angola. [online]. Consultado em Março de 2014, disponível em: <http://www.bna.ao/>
- BPI. (2013). *Angola. Obtido de Estudos económicos e financeiros* [online]. Consultado em Março de 2014: [htt://www.bancobpi.pt](http://www.bancobpi.pt)
- Deloitte. (2007). *Banca em análise*. Angola [online]. Consultado em Março de 2014, disponível em: <http://www.deloitte.com>
- Deloitte. (2008). *Banca em análise*. Angola [online]. Consultado em Janeiro de 2014, disponível em: <http://www.deloitte.com>
- Deloitte. (2009). *Banca em Análise*. Angola [online]. Consultado em Dezembro de 2013, disponível em: <http://www.deloitte.com>
- Deloitte. (2010). *Banca em análise*. Angola [online]. Consultado em Fevereiro de 2014, disponível em: <http://www.deloitte.com>

- Deloitte. (2013). *Banca em Análise Performance anual do sector bancário em Angola* [online]. Consultado em Dezembro de 2013, disponível em: <http://www.deloitte.com>
- KPMG. (2011). *Análise ao sector bancário angolano*. Angola: Financial services [online]. Consultado em Dezembro de 2013, disponível em: <http://www.kpmg.com>
- KPMG. (2013). *Análise ao sector bancário angolano* [online]. Consultado em Dezembro de 2013, disponível em:

http://www.kpmg.com/pt/pt/issuesandinsights/articlespublications/paginas/035_banck-ao2013.aspx
- Mishkin, F. S. (2001). *Prudential Supervision Why Is It Important and What Are the Issues? Prudential Supervision: What Works and What Doesn't*. Chicago: University of Chicago Press [online]. Consultado a 8 de Março de 2014, disponível em: <http://www.nber.org/chapters/c10756>
- WorldBank. (2009): *O Sistema Financeiro Angolano* [online]. Consultado em Março de 2014, disponível em: http://www.ifb.pt/documents/11202/21966/inforbanca_80.pdf

Anexo I- Agregados de crédito

Em Milhões de Kwanzas

	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Crédito Interno Líquido	64 356,98	73 726,48	60 816,80	-168 842,95	82 737,33	444 828,94
Crédito ao Governo – Geral	6 378,90	-22 969,29	-88 598,48	-458 174,47	-425 813,49	-734 560,29
Crédito Líquido ao Governo Central	5 431,35	-24 331,23	-88 833,55	-458 684,37	-425 967,18	-726 019,41
Créditos	41 510,06	70 540,37	119 338,94	84 993,54	215 716,47	1 460 465,69
Créditos MN	16 243,63	15 018,38	13 758,00	13 222,00	24 404,40	833 263,57
Créditos ME	458,25	1 251,96	54,21	0,08	1 797,24	16 269,46
Títulos do Banco Central	24 444,14	53 583,72	102 674,17	71 101,79	175 373,87	603 257,67
Operações Sector Petrolífero	0,00	0,00	0,24	0,00	0,00	0,00
Devedores Diversos	364,03	686,32	2 852,31	669,67	14 140,97	7 675,00
Depósitos	-36 078,71	-94 871,60	-208 172,48	-543 677,91	-641 683,66	-2 186 485,10
Depósitos a Ordem- MN	-23 811,94	-49 255,30	-114 577,97	-285 209,04	-307 125,31	-1 132 657,36
Depósitos a Ordem- ME	-11 758,46	-41 196,70	-88 027,43	-253 311,68	-326 407,67	-1 053 827,73
Outros Depósitos- MN	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Títulos em Poder do INSS	-508,31	-4 419,60	-5 567,09	-157,19	-8 150,68	0,00
Crédito aos Governos Locais	947,55	1 361,94	235,07	509,90	153,70	-8 540,88
Crédito a Economia	57 978,08	96 695,77	149 415,28	289 331,52	508 550,82	1 179 389,23
Crédito às Empresas Públicas	4 914,05	8 225,12	12 409,56	17 200,33	24 473,79	77 908,07
Em Moeda Nacional	1 041,10	2 215,52	2 168,02	5 925,34	7 180,54	63 277,96
Em Moeda Estrangeira	3 872,95	6 009,60	10 241,54	11 274,98	17 293,24	14 630,11
Crédito ao Sector Privado	53 064,02	88 470,66	137 005,72	272 131,20	484 077,03	1 101 481,16
Em Moeda Nacional	22 225,17	34 906,57	40 798,57	80 168,18	138 383,08	794 282,05
Em Moeda Estrangeira	30 838,85	53 564,09	96 207,15	191 963,01	345 693,95	307 199,12

Fonte: Adaptado de (BNA, 2013a)

Continuação - Agregados de crédito

Em Milhões de Kwanzas

	2009	2010	2011	2012	Março/13	Junho/13
Crédito Interno Líquido	1 728 125,69	2 174 500,79	1 747 472,48	1 733 391,24	1 449 140,60	1 472 592,12
Crédito ao Governo – Geral	395 657,79	-125 425,22	-407 499,15	-930 956,51	-1 226 073,65	-1 280 328,29
Crédito Líquido ao Governo Central	395 112,11	-132 584,25	-408 994,45	-932 409,45	-1 226 099,44	-1 280 411,96
Créditos	979 312,79	1 588 967,74	1 231 308,06	11 968 440,10	1 184 434,32	1 182 226,33
Créditos MN	25 922,36	956 971,24	9 392,67	8 728,44	6 160,79	6 506,75
Créditos ME	39 956,64	27 032,81	12 101,71	3 434,56	1 973,28	1 914,65
Títulos do Banco Central	890 939,37	601 364,15	913 322,36	1 041 082,51	1 040 308,62	1 081 909,37
Operações Sector Petrolífero	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Devedores Diversos	22 494,42	3 599,54	296 491,33	143 594,60	135 991,63	91 895,55
Depósitos	-584 200,68	-1 721 551,98	-1 640 302,64	-2 129 249,55	-2 410 533,76	-2 462 638,28
Depósitos a Ordem- MN	-330 231,08	-1 542 124,87	-401 422,93	-565 910,05	-693 888,80	-694 870,95
Depósitos a Ordem- ME	-249 829,25	-179 427,11	-1 238 846,33	-1 562 167,85	-1 715 443,74	-1 766 596,29
Outros Depósitos- MN	0,00	0,00	0,00	-3,13	-32,70	-2,52
Títulos em Poder do INSS	-4 140,35	0,00	-33,38	-1 168,52	-1 168,52	-1 168,52
Crédito aos Governos Locais	545,67	7 159,03	1 495,43	1 452,94	25,79	83,67
Crédito a Economia	1 332 467,91	2 299 926,01	2 154 971,63	2 664 347,74	2 675 214,25	2 752 920,41
Crédito às Empresas Públicas	65 580,98	153 584,00	91 734,31	101 519,88	99 303,66	112 297,10
Em Moeda Nacional	27 342,01	93 325,00	68 735,21	81 756,63	79 323,44	95 161,37
Em Moeda Estrangeira	38 238,97	60 259,00	22 999,11	19 763,25	19 980,22	17 135,72
Crédito ao Sector Privado	1 266 886,92	2 146 342,01	2 063 237,31	2 562 827,86	2 575 910,59	2 640 623,31
Em Moeda Nacional	452 474,16	1 582 979,20	1 021 310,01	1 425 373,89	1 494 654,81	1 536 918,26
Em Moeda Estrangeira	814 412,76	563 362,81	1 041 927,30	1 137 453,97	1 081 255,78	1 103 705,06

Fonte: Adaptado de (BNA, 2013a)

Anexo II- Balanço consolidado dos bancos comerciais

Em Milhões de Kwanzas

	2003	2004	2005	2006	2007	2008
1- Disponibilidades sobre o Banco Central	37 937,80	59 974,30	119 718,22	194 577,14	364 205,30	484 336,27
1.1- Numerário	5 183,88	10 413,22	18 849,81	22 162,44	27 112,41	42 293,52
1.2- Depósitos	16 914,28	34 946,12	73 897,54	59 078,19	120 196,04	273 531,84
1.3- Aplicações a Curto Prazo	3 291,44	3 541,66	3 792,44	3 897,91	5 819,24	31 012,03
1.4- Títulos do Banco Central	12 548,20	11 073,29	23 178,43	109 438,59	211 077,61	137 498,89
1.5- Acordos de Recompra	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2- Disponibilidade Sobre o Exterior	101 537,75	117 332,08	142 028,23	251 442,30	230 784,87	450 081,16
2.1- A Curto Prazo	99 677,70	115 270,24	138 737,49	249 636,73	228 365,53	445 804,67
2.2- A Médio e Longo Prazo	1 860,05	2 061,84	3 290,74	1 805,56	2 419,35	4 276,48
3- Crédito Interno	73 414,84	142 217,75	240 899,56	339 439,51	689 040,30	1 658 020,06
3.1- Crédito ao Governo – Geral	16 928,72	48 666,78	94 799,38	53 248,34	183 544,54	803 612,08
3.2- Crédito ao Sector Público Empresarial	4 126,87	7 484,08	11 296,35	15 986,60	23 262,21	61 918,16
3.3- Crédito ao Sector Privado	52 359,25	86 066,90	134 803,83	270 204,56	482 233,55	792 489,82
4- Aplicações em Instituições de Crédito no País	600,51	664,21	2 877,67	3 954,46	6 290,79	11 878,00
4.1- Depósitos a Ordem	0,08	0,09	45,42	55,99	220,73	4 258,75
4.2- Depósitos a Prazo	0,00	0,00	0,00	0,00	140,00	295,34
4.3- Ordens Pagamento e Outros Valores a Receber	490,36	504,36	1 067,76	1 711,04	1 655,36	1 676,94
4.4- Aplicações	0,00	0,00	100,00	2 084,62	850,46	238,00
4.5- Descontos e Redescontos	0,00	0,00	0,00	0,00	1 737,00	20,69
4.6- Acordos de Recompras	0,00	0,00	1 583,81	0,00	0,00	3 425,84
4.7- Créditos, Títulos e Juros Vencidos	0,07	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4.8- Participações em Entidades Residentes	110,00	159,77	80,69	102,80	1 687,24	1 962,45
5- Disponibilidades	10 178,00	11 923,33	14 580,73	48 840,31	67 934,30	82 548,55
Total do Ativo	223 668,90	332 111,67	520 104,41	838 253,72	1 358 255,57	2 686 864,04

Fonte: Adaptado de (BNA, 2013a)

Continuação-Balço consolidado dos bancos comerciais

Em Milhões de Kwanzas

	2009	2010	2011	2012	Março/13	Junho/13
1- Disponibilidades sobre o Banco Central	655 387,99	750 448,25	1 120 413,11	1 075 947,76	1 033 507,69	1 023 873,53
1.1- Numerário	44 189,05	57 758,13	79 148,14	90 874,39	80 795,40	92 913,13
1.2- Depósitos	442 616,93	442 593,63	616 555,09	668 479,91	649 255,98	685 568,41
1.3- Aplicações a Curto Prazo	18 329,69	6 133,12	50 327,73	27 467,19	52 027,99	68 858,04
1.4- Títulos do Banco Central	149 112,32	243 963,36	262 164,67	97 457,62	39 276,36	2 457,35
1.5- Acordos de Recompra	1 140,00	0,00	112 217,48	191 668,66	212 151,96	174 076,61
2- Disponibilidade Sobre o Exterior	408 996,29	496 387,07	830 470,67	622 051,86	526 321,38	819 109,72
2.1- A Curto Prazo	399 335,91	450 506,79	631 324,51	567 371,28	466 702,12	735 384,26
2.2- A Médio e Longo Prazo	9 660,39	45 880,28	199 146,17	54 680,58	59 619,26	83 725,46
3- Crédito Interno	2 240 897,57	2 573 839,53	3 017 073,19	3 553 233,70	3 548 894,19	3 623 345,82
3.1- Crédito ao Governo – Geral	911 576,41	899 436,04	862 101,85	889 247,59	874 035,68	870 771,43
3.2- Crédito ao Sector Público Empresarial	64 179,99	93 325,00	91 734,31	101 519,88	99 303,66	112 297,10
3.3- Crédito ao Sector Privado	1 265 141,16	1 581 078,50	2 063 237,03	2 562 466,23	2 575 554,86	2 640 227,29
4- Aplicações em Instituições de Crédito no País	43 603,32	220 156,39	219 883,25	474 825,87	470 625,59	467 687,38
4.1- Depósitos a Ordem	22 463,23	66 324,95	10 007,18	2 695,40	6 801,03	5 335,62
4.2- Depósitos a Prazo	4 211,31	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4.3- Ordens Pagamento e Outros Valores a Receber	2 298,24	7 529,37	339,59	0,00	0,00	0,00
4.4- Aplicações	1 224,84	113 794,27	146 127,54	389 500,66	401 353,15	417 792,22
4.5- Descontos e Redescontos	773,60	11 230,71	53 103,44	67 130,39	46 197,48	29 098,61
4.6- Acordos de Recompras	4 850,00	0,00	1 688,80	6 159,77	6 571,46	5 709,77
4.7- Créditos, Títulos e Juros Vencidos	0,00	49,55	346,91	598,44	0,72	0,03
4.8- Participações em Entidades Residentes	7 782,10	21 227,53	8 269,78	8 741,22	9 701,75	9 751,13
5- Disponibilidades	147 576,08	228 473,45	401 890,24	514 303,61	532 133,33	569 580,29
Total do Ativo	3 496 461,25	4 269 304,67	5 589 730,47	6 240 362,82	6 111 482,17	6 503 596,74

Fonte: Adaptado de (BNA, 2013a)

Anexo III- Crédito concedido pela banca comercial

Em Milhões de Kwanzas

	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Crédito ao Governo – Geral	16 928,72	48 666,78	94 799,38	53 248,34	183 396,73	803 075,23
Crédito ao Sector Público Empresarial	4 118,53	7 477,28	10 761,65	14 529,82	23 588,71	51 001,15
Crédito ao Sector Privado	50 576,03	84 760,00	133 433,24	267 461,09	478 012,66	770 519,35
SUB-TOTAL	71 623,28	140 904,06	238 994,27	335 239,26	684 998,09	1 624 595,72
Crédito em Mora do Sector Público Empresarial						
Devedores Sector Público Empresarial (SPE)	8,34	6,80	653,77	1 417,45	69,47	10 940,09
Em Moeda Nacional	0,00	2,89	5,03	1 339,60	55,84	59,66
Em Moeda Estrangeira	8,34	3,90	648,74	77,86	13,63	10 880,42
Crédito em Mora do Sector Privado						
Devedores Sector Privado	1 783,22	1 306,89	1 370,59	2 531,51	4 220,90	21 970,47
Em Moeda Nacional	122,20	325,76	499,38	569,90	1 029,08	7 756,59
Em moeda Estrangeira	1 661,02	981,14	871,21	1 961,61	3 191,82	14 213,88
TOTAL DE CRÉDITO CONCEDIDO	73 414,84	142 217,75	241 018,62	339 188,22	689 288,46	1 657 506,28

Fonte: Adaptado de (BNA, 2013a)

Continuação-Crédito concedido pela banca comercial

	2009	2010	2011	2012	Março/13	Junho/13
Crédito ao Governo – Geral	911 576,41	899 436,28	862 101,85	889 247,59	874 035,68	870 771,43
Crédito ao Sector Público Empresarial	61 180,96	88 817,41	87 327,24	83 764,79	79 684,21	94 874,55
Crédito ao Sector Privado	1 238 311,77	1 512 703,04	1 942 166,17	2 431 559,81	2 503 519,33	2 567 656,45
SUB-TOTAL	2 211 069,14	2 500 956,72	2 891 595,26	3 404 572,18	3 457 239,22	3 533 302,43
Crédito em Mora do Sector Público Empresarial						
Devedores Sector Público Empresarial (SPE)	2 999,03	4 507,59	4 407,08	17 755,10	19 619,45	17 422,55
Em Moeda Nacional	2,29	713,88	400,06	5 467,64	6 605,99	6 841,70
Em Moeda Estrangeira	2 996,74	3 793,70	4 007,02	12 287,46	13 013,47	10 580,84
Crédito em Mora do Sector Privado						
Devedores Sector Privado	26 829,40	68 375,46	121 070,86	130 906,42	72 035,52	72 620,84
Em Moeda Nacional	14 929,23	20 926,78	96 653,77	58 711,67	37 006,82	32 660,89
Em moeda Estrangeira	11 900,17	47 448,67	24 417,09	72 194,75	35 028,70	39 959,95
TOTAL DE CRÉDITO CONCEDIDO	2 240 897,57	2 573 839,77	3 017 073,19	3 553 233,70	3 548 894,19	3 623 345,82

Fonte: Adaptado de (BNA, 2013a)

Anexo IV- Crédito por sectores de atividade económica

Em Milhões de Kwanzas

	2003	2004	2005	2006	2007	2008
A- Agricultura, Produção Animal, Caça e Silvicultura	768,60	391,95	936,15	2 691,75	5 170,43	9 100,25
B- Pescas	676,40	928,80	1 321,09	2 681,44	2 216,83	1 956,03
C- Indústria Extrativa	1 193,52	453,06	5 460,88	25 224,97	21 788,76	29 275,69
D- Indústrias Transformadoras	2 779,76	2 862,61	2 768,85	13 744,91	25 267,04	38 119,60
E- Produção. E Distribuição De Eletricidade, de Gás e de Água	13,29	211,42	48,69	417,13	3 010,75	2 611,75
F- Construção	4 589,40	4 774,64	5 734,95	16 939,18	41 670,30	57 596,09
G- Comércio por Grosso e a Retalho	13 603,29	27 073,99	12 428,32	50 103,29	99 542,38	142 474,26
H- Alojamento e Restauração (Restauração. E Similares)	4 356,35	305,17	664,08	2 949,85	6 003,45	11 106,89
I- Transportes, Armazenagem e Comunicações	3 093,93	3 558,86	5 948,62	23 098,89	28 783,62	36 358,90
Atividades. Financeiras, Seguros e Fundos de Pensões	30,87	670,86	0,00	0,00	0,00	0,00
K- Atividades. Imobiliárias., Alugueres e Serviços. Prestados. As Empresas	2 540,53	7 490,89	9 090,35	27 192,09	58 168,24	61 195,39
L- Administração Pública e Segurança Social Obrigatória	2 280,78	1 044,98	724,53	2 015,03	13 573,03	29 982,62
M- Educação	802,92	858,92	204,06	2 316,11	6 687,53	10 038,14
N- Saúde e Ação Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
O- Outras Atividades. De Serviços. Coletivos., Sociais e Pessoais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
P- Famílias com Empregados Domésticos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Q- Outras Instituições Extraterritoriais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Z- Particulares	19 756,48	42 650,34	70 609,20	106 098,07	193 613,46	323 248,89
Outros Valores não Classificados	2 375,30	3 419,28	33 475,51	17 600,10	3 055,02	102 487,52
TOTAL	58 861,42	96 695,77	149 415,28	293 072,80	508 550,82	855 552,01

Fonte: Adaptado de (BNA, 2013a)

Continuação-Crédito por sectores de atividade económica

Em Milhões de Kwanzas

	2009	2010	2011	2012	Março/13	Junho/13
A- Agricultura, Produção Animal, Caça e Silvicultura	11 378,46	34 280,54	35 231,27	74 348,45	161 133,92	172 743,42
B- Pescas	12 504,77	1 793,56	2 161,74	3 628,32	5 039,84	5 225,91
C- Indústria Extrativa	71 821,49	39 164,45	60 367,87	111 296,24	89 144,70	99 693,22
D- Indústrias Transformadoras	55 113,47	138 375,35	178 379,00	220 366,89	167 101,38	169 487,89
E- Produção. E Distribuição De Eletricidade, de Gás e de Água	9 400,83	2 425,88	4 914,19	2 043,63	3 058,88	2 642,45
F- Construção	107 511,66	130 447,90	171 523,77	268 588,93	256 010,72	281 593,75
G- Comércio por Grosso e a Retalho	239 206,69	325 815,45	365 211,50	451 674,95	420 732,48	449 433,65
H- Alojamento e Restauração (Restauração. E Similares)	11 994,56	11 530,76	15 303,65	34 654,04	38 813,95	47 869,77
I- Transportes, Armazenagem e Comunicações	66 569,54	63 883,70	83 472,28	74 249,26	73 023,41	86 076,40
J- Atividades. Financeiras, Seguros e Fundos de Pensões	0,00	39 010,66	91 926,30	65 998,00	49 099,48	39 759,02
K- Atividades. Imobiliárias., Alugueres e Serviços. Prestados. As Empresas	88 348,29	176 487,20	319 700,40	285 451,56	274 463,78	250 016,25
L- Administração Pública e Segurança Social Obrigatória	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
M- Educação	62 299,12	4 539,39	5 697,00	8 684,37	9 053,11	8 782,22
N- Saúde e Ação Social	33 652,39	4 641,31	6 483,60	9 271,77	9 233,29	10 481,43
O- Outras Atividades. De Serviços. Coletivos., Sociais e Pessoais	0,00	146 674,47	349 851,29	481 933,24	578 818,62	570 175,80
P- Famílias com Empregados Domésticos	0,00	375,23	399,64	3 282,22	4 007,11	4 512,96
Q- Outras Instituições Extraterritoriais	0,00	215 482,36	49 124,36	2 348,38	2 869,94	319,84
Z- Particulares	276 310,24	280 312,51	362 167,54	483 823,12	479 188,79	485 272,36
Outros Valores não Classificados	286 356,41	62 866,21	53 733,32	82 704,35	54 420,85	68 834,05
TOTAL	1 332 467,91	1 678 106,92	2 155 648,73	2 664 347,74	2 675 214,35	2 752 920,41

Fonte: Adaptado de (BNA, 2013a)

Anexo V- Depósitos na banca comercial

Em Milhões de Kwanzas

	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Depósitos Totais	167 440,21	261 680,93	431 422,75	706 593,45	1 088 247,14	1 533 093,42
Depósitos em Moeda Nacional	55 412,62	90 899,67	165 543,93	220 655,56	377 970,70	648 248,11
À Ordem	33 577,00	49 379,91	92 445,49	123 079,87	222 211,28	507 718,60
À Prazo	3 867,04	5 026,87	17 918,52	18 288,43	40 037,11	42 240,17
Cheques a Pagar	53,94	591,03	546,09	554,90	279,50	1 070,06
Do Governo Central	4 617,72	10 553,30	6 285,27	7 467,57	7 935,21	26 329,15
De F.P.A e Segurança Social	13 296,92	25 348,56	48 348,55	71 264,78	107 507,61	70 890,13

Fonte: Adaptado de (BNA, 2013a)

Continuação-Depósitos na banca comercial

Em Milhões de Kwanzas

	2009	2010	2011	2012	Março/13	Junho/13
Depósitos Totais	2 357 983,72	2 661 469,31	3 591 870,13	4 014 204,96	4 018 345,01	4 339 265,35
Depósitos em Moeda Nacional	1 047 985,06	1 310 328,30	1 804 715,86	2 209 357,88	2 190 326,02	2 311 256,57
À Ordem	592 928,57	693 352,13	954 920,48	1 037 096,22	969 526,05	1 021 263,86
À Prazo	259 730,04	409 358,23	593 985,08	723 542,96	720 183,04	759 390,87
Cheques a Pagar	14 088,62	0,01	0,00	0,00	0,00	0,00
Do Governo Central	54 282,39	19 053,29	152 977,57	179 516,42	188 685,55	201 579,55
De F.P.A ⁸ e Segurança Social	126 955,44	188 564,63	102 832,74	269 202,28	311 931,38	329 022,29

Fonte: Adaptado de (BNA, 2013a)

⁸ Fundos Públicos Autónomos

Anexo VI- O PIB por sectores de atividade económica (Preços Correntes)

Em Mil Milhões de Kwanzas

	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Agricultura	351,80	405,60	596,50	729,00	886,40	749,00
Pescas e Derivados	12,60	13,90	14,50	16,90	22,10	26,50
Diamantes e Outros	80,40	66,10	53,70	71,10	89,10	85,80
Petróleo	2 537,20	3 569,40	2 661,60	3 401,00	4 640,80	4 981,00
Indústria Transformadora	241,20	303,10	363,80	464,20	584,30	726,30
Construção	224,10	318,60	449,60	601,60	750,60	914,10
Energia	3,80	5,40	7,40	9,50	11,00	13,20
Serviços Mercantis	768,80	1 104,10	1 240,40	1 555,10	1 896,00	2 344,20
Outros	326,00	375,90	454,00	548,20	669,00	790,30
Total	4 545,90	6 162,10	5 841,50	7 396,60	9 549,30	10 630,40

Fonte: Adaptado de (BNA, 2013a)